

ENSINO SUPERIOR E A TEORIA DA REPRODUÇÃO ESCOLAR

HIGHER EDUCATION AND THE THEORY OF SCHOOL REPRODUCTION

Ronualdo Marques

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: ronualdo.marques@gmail.com

Carlos Eduardo Fortes Gonzalez

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: cefortes@yahoo.com.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v24i2.881>

Recebido em: 09.06.2022

Aceito em: 30.08.2022

Resumo: Este estudo analisa a influência da sociedade a partir das teorias da reprodução escolar nas relações entre as universidades, a pesquisa e a responsabilidade socioambiental sob a égide da privatização do ensino superior e aponta possíveis encaminhamentos à problemática, mostrando também a influência das ideias da reprodução ideológica no meio escolar com o escopo de explicar o processo de privatização do ensino superior brasileiro. Esta noção das teorias da reprodução aplicadas ao presente contexto se embasa no fato de que os vários atores sociais passam pelos ambientes escolares reproduzindo nas suas vidas pós-escolares as concepções de privatização do ensino superior e da pesquisa científica inclusive, como modos de lucratividade a partir do mercado do ensino.

Palavras-chave: ensino superior; teoria da reprodução; privatização.

Abstract: This study analyzes the influence of society from the theories of school reproduction in the relationships between universities, research and socio-environmental responsibility under the aegis of privatization of higher education and points out possible ways to address the problem, also showing the influence of the ideas of ideological reproduction in the school environment in order to explain the process of privatization of Brazilian higher education. This notion of the theories of reproduction applied to the present context is based on the fact that the various social actors pass through school environments reproducing in their post-school lives the conceptions of privatization of higher education and scientific research, including as modes of profitability from the teaching market.

Keywords: higher education; theory of reproduction; privatization.



A Revista Missioneira está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

1 Introdução: a privatização dos serviços de educação superior no Brasil

Procurando dar entendimento ao vínculo entre o ensino e a pesquisa, esclarece-se aqui que esta junção é imperiosa, pois a investigação científica (pesquisa) emerge do ensino – portanto, são processos que apresentam correspondência biunívoca mandatória e se retroalimentam num círculo permanente, constituindo-se em funções primordiais da educação superior e atreladas ainda à extensão universitária (DEMO, 1996).

Para que se aborde convenientemente a questão da educação e da pesquisa universitária como serviço sujeito aos interesses mercantis, cabe iniciar este texto com um dado que dá visibilidade aos aspectos quantitativos da oferta educacional pós-secundária no país: Quase noventa por cento da educação formal superior é comandada diretamente pelo setor privado, enquanto vinte por cento da oferta é atrelada aos serviços públicos, em todos os seus âmbitos (federal, estadual e municipal), de acordo com Sampaio, 2000.

Neste sentido, a educação já se encontra efetivamente privatizada, afinal em cada dez vagas disponíveis hoje no ensino superior, apenas uma corresponde à oferta existente na educação pública superior.

As políticas que resultaram neste quadro não são casuais, representando o desejo dos grupos detentores dos poderes políticos e econômicos no sentido de possibilitar o mercado do ensino superior à iniciativa de particulares ávidos por este filão de negócio.

Estas noções vêm de encontro às argumentações de Kemmis (1998), quanto à reprodução dos aspectos econômicos e culturais nos currículos formais, reproduzindo a estruturação da sociedade – aqui neste contexto pensada como oportunidade de empreendedorismo para as elites econômicas, inclusive no campo educacional, quando alijam o ensino superior da pesquisa ou se investe na pesquisa – quando investem, caso haja clara oportunidade de lucratividade – somente aplicada ao acúmulo de capital e no âmbito da universidade privada ou da universidade pública.

Deste modo a educação perpetua os interesses das classes dominantes, justificando inclusive a “*necessidade*” de privatizar o ensino, notoriamente o superior. Com isso a investigação científica de interesse público termina prejudicada, pois as universidades particulares ou as públicas (geralmente) terão financiadas as alternativas de pesquisa que signifiquem a lucratividade de determinados atores sociais – precisamente àqueles que patrocinarem a produtividade acadêmica que será quase que invariavelmente conduzida à acumulação de capital pelos grupos que aplicam verbas para esta função universitária.

A origem desta privatização do ensino e da pesquisa se dá a partir das concepções neoliberais que se fundamentam nos preceitos de que a responsabilidade pela crise é do próprio Estado que, ao longo dos anos, produziu um setor público ineficiente e caracterizado pelo privilégio, enquanto o setor privado tem demonstrado eficiência e qualidade nos serviços e na produção (FRIGOTTO, 1995).

Desta forma, justifica-se a necessidade de minimizar as dimensões do Estado e extinguir todos os direitos sociais e dos trabalhadores conquistados pela sociedade.

De acordo com essa ideologia, as conquistas sociais, como o direito à educação (incluídas aqui as funções universitárias públicas relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão) à saúde, aos transportes públicos, dentre outros, devem ser controlados e regulamentados pela estrita lógica das leis de mercado (FRIGOTTO, 1995).

Na realidade, a ideia de *Estado mínimo* significa o Estado suficiente e necessário exclusivamente para os interesses da reprodução do capital. (FRIGOTTO, 1995).

A política de atuação institucional – inclusive das universidades públicas – passou a ser parcialmente de caráter privado, com a formação de grupos de consultoria técnico-científica e a elaboração de planejamentos em articulação com a esfera privada, constituídos à revelia das demandas universitárias sociais – parcerias objetivamente planejadas para a satisfação das necessidades do mercado, do empresariado (CHAVES, 2005).

2 A privatização da pesquisa no magistério superior público

A universidade brasileira atua em três frentes, respectivamente o ensino, a pesquisa e a extensão (DEMO, 1996).

Expressiva parte da inserção universitária em relação à sociedade deriva da pesquisa. Como as verbas públicas para a investigação científica têm sofrido diminuições sistemáticas ao longo dos anos, as universidades públicas têm procurado associar-se ao empresariado, enquanto investidor em pesquisa. É claro que estas associações privilegiam o aprendizado e a experiência profissional de docentes e discentes nelas engajados, contudo, daí emerge um problema de foco: A universidade pública acaba por privilegiar a investigação científica aplicada aos interesses do setor privado, olvidando parcialmente a sua função pública de atender também aos interesses sociais (SILVA & KUENZER, 1999).

Como a Educação é uma função essencialmente social, o Estado não pode perder o foco dela. Ao contrário, deve zelar por manter alguma influência nos processos pertinentes (DURKHEIM, 1975), devendo assim privilegiar também algum controle relativo à pesquisa, já que a investigação científica emerge do ensino.

Cabe ressaltar aqui que é de fato obrigação das universidades públicas atenderem às demandas de produção de ciência e tecnologia em benefício dos serviços públicos e da sociedade em geral, até porque tais instituições de ensino superior são mantidas à custa do erário público – o tesouro público é para financiar as operações dos serviços públicos para o bem-estar social – fundamento da existência dos órgãos públicos.

Ainda, independentemente do fato de as instituições de educação superior serem públicas ou privadas, cabe salientar a função social de formar cidadãos não somente para o mercado de trabalho, mas também para a cultura de ordem mais elevada, quanto à produção cultural e à investigação, nos termos de Ferreira, 1957.

Pode-se afirmar que a situação de privatização dos serviços em geral, como àqueles tangentes às instituições educacionais de quaisquer níveis de ensino, inclusive superior – como a pesquisa – interessa às ideologias dominantes em função de cooperar para a manutenção do *status quo* social projetado pelas classes que detém o poder político (ALTHUSSER, 1984).

3 A investigação científica no ensino Superior particular

Atinente às instituições de ensino superior privadas, estas não teriam o objetivo maior de privilegiar a pesquisa científica conectada aos anseios públicos e sociais. Todavia, em função dos objetivos educacionais de qualquer instituição de ensino superior, também as organizações

particulares de ensino devem suprir as demandas sociais e públicas por ciência e tecnologia. Não é mandatória esta ênfase proposta, porém é uma questão de responsabilidade social, que deve ser um dos objetivos de toda a instituição de ensino, pública ou privada.

Indubitavelmente, muitas instituições particulares de educação em âmbito terciário executam investigações científicas de interesse público, contudo não é surpreendente que, não raro, constituam a maior parte de seus convênios com empreendimentos de natureza privada, dada a necessidade de fluxo de capitais para financiar as operações de manutenção e ampliação das atividades universitárias.

Em função do exposto, percebe-se um processo de privatização da pesquisa. Assim, a investigação científica torna-se uma mercadoria, um serviço oferecido pelas universidades à iniciativa privada, conforme Oliveira, 2005. Aliás, esta particularização das funções do ensino (entre as quais a pesquisa, como consequência derivada dos processos de ensino e aprendizagem) vai sempre de encontro à ideia da escola servindo às intencionalidades ideológicas dos grupos dominantes nas diversas sociedades, conforme os estudos procedidos por Apple, 2002.

4 Inter-relações da privatização da pesquisa com a preservação ambiental

Aqui se introduz a questão da conservação do ambiente. Como o meio ambiente não é foco imediato de interesse privado (o lucro é o enfoque), cada vez menos pesquisa dirigida à conservação ambiental haverá (exceto naqueles casos que concernem à manutenção de recursos naturais de interesse econômico imediato do empreendimento).

Historicamente, o ambiente tem sido espoliado visando à Economia. Nas sociedades capitalistas é o que se observa, havendo uma reprodução social continuada deste estado de coisas, inclusive com a cooperação - consciente ou não - das instituições escolares (BOURDIEU, 1982).

A assertiva recém explicitada sobre o foco no capital no parágrafo anterior contrasta com a observação social (por meio das mídias de massa) de que são visíveis os esforços que as empresas têm despendido contemporaneamente em direção à sustentabilidade.

Entretanto, muitos destas iniciativas de gerenciamento ambiental, educação ambiental empresarial, de desenvolvimento sustentável, entre outras, alardeadas pelo marketing verde, não passam de aparências que não resistem a uma observação mais acurada da realidade dos fatos, de acordo com relatório da *Terra Choice Environmental Marketing Inc.*, 2007.

Tome-se, a guisa de ilustração, a gestão ambiental. O gerenciamento ambiental desfruta de bom alcance dentro de uma empresa enquanto o discurso se restringe a economizar matérias-primas e insumos (energia, materiais, água), ou a fazer o marketing ecológico, ou ainda a obter a certificação ISO 14000 (certificação de sistemas de gestão ambiental, das normas da Organização de Padrões Internacionais, que previnem o bloqueio comercial para a exportação ao Mercado Comum Europeu e a mais algumas nações industrializadas). Em outras palavras, enquanto a gestão ambiental significar aumento da lucratividade.

No instante em que o gerenciamento ambiental denotar investimentos para o meio ambiente sem resultados de retornos financeiros tangíveis, então as medidas ambientais são indefinidamente postergadas, a não ser que a inação por parte da empresa se traduza em multas impostas pelos órgãos públicos ambientais.

A educação ambiental empresarial segue a mesma linha de ação, só se preocupando em educar ambientalmente no que for de encontro à produtividade, evitando os campos polêmicos ou em desencontro à ideia de auferir lucros a quaisquer custos culturais, sociais ou ambientais.

Este alcance contido da educação ambiental é explicável tomando-se por base os estudos de Bordieu, 1989, que atestam a reprodução social por meio da educação escolar. Em outras palavras, no caso específico da educação ambiental, esta é sempre manipulada de modo a atuar somente onde não provoque quaisquer contradições aos sistemas sociais posto pelas elites dominantes.

Do mesmo modo, as iniciativas empresariais de desenvolvimento sustentável não se mantêm perante a ponderação sobre seus reais significados. Ditas iniciativas não representam, na maioria dos casos, a sustentação socioambiental, até porque a indústria sempre se ocupará previamente em atender às crescentes demandas do consumismo, consequência também da explosão demográfica que se verifica em quase todo o planeta.

Este atendimento continuado às demandas consumistas em constante expansão não pode desencadear processos de desenvolvimento sustentável, já que o planeta é finito e assim sendo, não pode comportar um aumento de produtividade e consumo que tende ao infinito. (CAVALCANTI, 1995).

De todo o exposto, verifica-se que a priorização não é sobre a preservação ambiental, e sim sobre as premissas mercadológicas do regime do capital, comuns a praticamente todos os países. Dada a premissa essencial do empreendedorismo – lucro - tem-se que a privatização da pesquisa (a maior parte do patrocínio outorgado pelas empresas privadas) não atende (e obviamente não atenderá) os interesses sociais e públicos da preservação ambiental.

Existem, de fato, todos os tipos de lugares e espaços na rearticulação atual da Educação e das forças produtivas segundo atesta Willis, 1993. Deste modo, com esta rearticulação, justifica-se inclusive a espoliação continuada da natureza, restringindo-se os interesses sociais e ambientais. Reitera-se aqui que as referendadas forças do sistema de produção dão a primazia à pecúnia, relegando sempre que possível os aspectos ambientais – a não ser quando significativos ao esquema financeiro da manutenção do empreendimento.

Destarte, conclui-se que há uma relação normalmente desarmônica entre a particularização da investigação científica e a preservação do meio ambiente.

Este esquema situacional em relação à privatização das atividades produtivas científicas gerando continuamente aspectos ambientais deletérios é mantido pela reprodução do funcionamento da sociedade no ambiente da escola, perpetuando-se assim indefinidamente o sistema social vigente, conforme os raciocínios traçados por Tadeu da Silva, 1993.

Inclusive, deste modo, se perpetuam também aquelas iniciativas que exploram inconsequentemente o meio ambiente sem preocupações com a depleção dos recursos naturais, alguns até a exaustão completa.

5 Como a educação privada geralmente contribui à geração de pesquisa particular, em detrimento da investigação científica para a preservação ambiental

A educação, historicamente, representa a continuidade do *status quo* da sociedade a qual pertence, pois integra o modelo superestrutural das comunidades nas quais está inserida, em

uma área espacial e temporal definida. Neste contexto, a educação coopera para a manutenção do estado atual da humanidade (APPLE, 1986).

O que se quer expressar aqui, mais precisamente, é que na maioria dos casos a educação privada tenderá a ser uma educação voltada ao *capital*, e não ao *social* (compreende-se aqui *social* no sentido amplo do termo, incluído o *meio ambiente* como integrado às sociedades humanas).

Os convênios firmados pelas universidades privadas serão, em larga escala, com a iniciativa privada, mais voltada aos interesses particulares e mais ágeis (para o estabelecimento de convênios) que a superestrutura burocrática pública - os excessivos procedimentos burocráticos retiram a flexibilidade, a agilidade e a eficiência de funcionamento das universidades públicas, afirma Reis, 2008.

Estas parcerias entre universidades e empresas (privadas) incentivarão o encaminhamento da maior parte das atividades investigativas científicas rumo aos interesses particulares. Assim, as escolas seriam um modo sistematizado de reproduzir e estimular os intentos econômicos e políticos das elites empresariais, ou o privilegiado capital cultural dos grupos das classes dominantes (GIROUX e SIMON, 1995).

A direita, em relação ao posicionamento político - em várias ocasiões uma junção do neoconservadorismo (esfera moral) e o neoliberalismo (âmbito econômico) - tem uma planificação definida para a educação, notoriamente por intermédio do currículo. Este projeto consiste em mecanismos de controle e regulação típicos do universo produtivo e mercadológico, com o escopo de auferir resultantes educativas mais adequadas às exigências e especificações do empresariado (TADEU DA SILVA, 1995).

De fato, existe clara correlação entre as relações de poder e a pedagogia (BONAL, 1998). No que concerne à estruturação curricular, estas manifestações significam demover a pesquisa básica que não atenda diretamente ao cumprimento das metas de lucratividade do sistema social.

6 Soluções teóricas à problemática apontada

Existem várias possibilidades para o tratamento do baixo índice de pesquisas científicas dirigidas à sustentação social e ambiental brasileira. As hipóteses aqui discutidas têm o mérito de não serem excludentes (ou seja, uma abordagem não impede a efetivação de outra). Isto é uma consideração positiva, porque se poderia aplicá-las todas integral e simultaneamente, otimizando-se desta maneira eventuais melhorias no quadro atual vislumbrado.

Um fator limitante (como consideração negativa ao que aqui será dissertado) é em razão de que o suporte financeiro terá de partir dos setores públicos, já sabidamente sobrecarregados monetariamente com uma série de encargos e endividamentos que não são alvo do estudo em pauta e, portanto, não serão aqui pormenorizados, muito menos discutidos quanto ao grau de relevância em relação às questões ambientais que este estudo acadêmico almeja teoricamente sanar.

Dada ser esta uma primeira aproximação deste autor à especificidade da temática em análise, se procede à argumentação aqui contida sem a pretensão de exaurir ou concluir o assunto - seria audaciosa leviandade, dada a complexidade de fatores envolvidos para a alteridade que se aponta necessária nestes estudos preliminares.

Para a conclusão com resultados efetivos seriam necessários trabalhos multidisciplinares e interdisciplinares com um quadro de profissionais muito abrangentes em escopo, como biólogos (apontarão, entre outros elementos, as necessidades emergentes correlatas ao refreamento da poluição, da depleção da diversidade biológica, do manejo de unidades de conservação, da educação ambiental, etc.) administradores (para, entre outras necessidades, considerações de gerenciamento ambiental, ecoestratégias, planejamento estratégico de tecnologias ambientais, etc.), psicólogos (para a lide com elementos de motivação, por exemplo), sociólogos (para orientar a inserção destas necessidades na consciência coletiva dos atores sociais envolvidos com a pesquisa científica, entre outras necessidades), assistentes sociais (para apontar e orientar as intervenções junto às comunidades de maior risco ambiental), educadores (para trabalhar com a educação para a sustentabilidade, educação social, educação para a cidadania, educação para a diversidade, etc.), bacharéis de direito (entre outros fatores, para as mudanças legislativas necessárias à implementação de algumas soluções indicadas neste ensaio), economistas (para a inserção de elementos de economia ambiental, entre outros auxílios que precisarão advir das ciências econômicas) contadores (para as considerações necessárias atinentes à contabilidade ambiental, por exemplo), entre membros de outras profissões não citadas para este momento.

A seguir, um arrolamento das ideias havidas no desenvolvimento deste tópico, com breves considerações.

- Destinar mais recursos públicos, em todos os âmbitos (federal, estadual e municipal) à investigação científica de interesse socioambiental. (Esta decisão político-jurídica poderia resultar em maior justiça socioambiental e dignificaria a função pública – por cumprir as suas atribuições e por caracterizar responsabilidade socioambiental para com o crescimento e desenvolvimento nacional).

- Criar mecanismos legais de redução ou isenção de impostos públicos para empreendimentos que privilegiam nas suas práticas sociais, os convênios, parcerias e outros trabalhos de natureza conjunta aos serviços públicos das três esferas de poder (município, estados e a união). Isto significaria o compromisso empresarial perante as demandas socioambientais da sociedade brasileira.

- Subsidiar ações da iniciativa particular pertinentes aos interesses públicos sociais, culturais e ambientais, inclusive para os empreendimentos que já tenham histórico positivo de atuação frente a estas questões.

- Definir ementários mínimos para certas disciplinas do campo sociológico da educação formal, em todos os âmbitos de ensino – Básico, superior e pós-graduação, com o intuito de incluir as questões socioambientais. Neste sentido, há as disciplinas de Filosofia, Sociologia, e antigamente havia ainda as matérias de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros. As conhecidas deficiências do ensino nacional constituem dificuldades a estas considerações sugestivas, sem embargo, devem ser aventadas na direção de resolução dos problemas nacionais referentes à Educação e à Responsabilidade social e ambiental.

- As universidades poderiam contar com Conselhos de Ética, os quais obviamente, entre várias outras atribuições intrínsecas, teriam também o dever de discutir e definir alguns rumos das instituições em direção a elementos de responsabilidade socioambiental diretamente relacionada às funções universitárias, como, por exemplo, a pesquisa científica destinada aos

interesses ambientais e socioculturais.

Estas são algumas recomendações indicativas às pesquisas nas universidades públicas e privadas para que desempenhem o seu papel na sociedade do conhecimento e para que se dirijam ao cumprimento das responsabilidades socioambientais que a sociedade espera das instituições universitárias. Como a pesquisa científica nas instituições de ensino superior faz parte da formação estudantil e dos interesses nacionais sob responsabilidade parcial da Universidade, de acordo com a tríade que obedece ao princípio de não dissociação entre o ensino, a pesquisa e a extensão prevista na carta magna brasileira (BRASIL, 2000), não é admissível que falte a responsabilidade socioambiental na universidade e que se privilegie tão somente a formação do alunado para a sociedade de consumo, do crescimento ilimitado, do rendimento, da produtividade, como denunciam Luning e Illich, 1974.

Em outras palavras, o ambiente escolar precisa ser concebido novamente e não aliado ao interesse corporativista do Estado burguês, conforme argumentam Giroux e McLaren, 1994.

Dada a evidente importância do estudo em tela como contributivo à reflexão do papel que socialmente se almeja atinente às funções universitárias da investigação científica – isto é, pesquisa - indica-se a continuidade deste estudo no sentido de aclarar como fomentar a responsabilidade socioambiental, inclusive no tocante à viabilidade das proposições aqui consubstanciadas, bem como à elaboração de alternativas.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideología y aparatos ideológicos del Estado**. Cuadernos de Educación, n. 9, Caracas, Venezuela. 6. ed. 1984.

APPLE, Michael. **Repensando ideologia e currículo**. In: MOREIRA, A. F. B.; TADEU DA SILVA, T. Currículo, cultura e sociedade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

APPLE, Michael. **Vendo a educação em forma relacional: classe e cultura numa sociologia do conhecimento escolar**. Educação e Realidade. v. 11, n.1. UFRGS: Porto Alegre, Brasil, 1986.

BONAL, Xavier. **Sociología de la educación: una aproximación crítica a las corrientes contemporáneas**. Paidós. Barcelona, Espanha, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro 1988. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **As Feições da Privatização do Público na Educação Superior Brasileira: O Caso da UFPA**. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

- DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Editora Autores Associados, 1996.
- DURKHEIM, Émile. **Educación y Sociología**. Ediciones Península. Barcelona. Espanha. 1975.
- FERREIRA, Carlos Vaz. **Sobre la Enseñanza en nuestro país**. Obras de Carlos Vaz Ferreira. Volume XIII. Cámara de Representantes. Montevideo, Uruguay. 1957.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.
- GIROUX, Henry. A. & MCLAREN P. **Formação do professor como uma esfera contra pública: a Pedagogia Radical como uma forma de Política Cultural**. In MOREIRA, A.F. & SILVA, T. T. (orgs.): Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1994.
- GIROUX, Henry e SIMON, Roger. **Cultura Popular e Pedagogia Crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular**. In: Moreira, Antônio Flávio e Silva, Tomaz Tadeu (Orgs.). Currículo, Cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 1995.
- KEMMIS, Stephen. **Currículo: más allá de la teoría de la reproducción**. Morata, Ciudad de México, 1998.
- LUNING, H e ILLICH, I. **La escuela y la represión de nuestros hijos**. Sociedad de Educación / Atenas. Madrid, Espanha, 1974.
- OLIVEIRA, Marcos Barbosa. **Ciência: força produtiva ou mercadoria?** In: Revista Crítica Marxista. UNICAMP. 1. ed. Novembro de 2005. Editora Revan. Campinas, 2005.
- REIS, Elisa Maria Pereira. **Opressão burocrática: O Ponto de Vista do Cidadão**. In: Revista Estudos Históricos. v. 3, n. 6. Cultura e Povo. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1990.
- SAMPAIO, Helena. **O ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Fapesp / Hucitec, 2000.
- SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; KUENZER, Acácia Zeneida. **Universidade - núcleos temáticos: em busca da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão**. Educar em Revista. n. 15, p. 1-4. 1999.
- TADEU DA SILVA, Tomaz (Org.) **O que produz e o que reproduz em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- TADEU DA SILVA, Tomaz. **Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna**. In: TADEU DA SILVA; MOREIRA A. (org.), Territórios contestados. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- TERRA CHOICE ENVIRONMENTAL MARKETING INC. **The “Six Sins of Green washing”**: A Study of Environmental Claims in North American Consumer Markets. Relatório técnico. Folheto informativo. Filadélfia, Estados Unidos. Novembro, 2007.
- WILLIS, Paul. **Produção cultural é diferente de reprodução cultural e diferente de reprodução social**. Educação e Realidade, v. 11, n. 2, UFRGS. Porto Alegre, Brasil, 1993.